

Despacho (extrato) n.º 5312/2012

1 — Por despacho do Secretário-Geral, de 26 de março de 2012, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 15.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2012, de 19 de janeiro, bem como do disposto na alínea *h*) do artigo 1.º do Despacho n.º 3748/2012, de 14 de março, e ao abrigo do estatuído no n.º 1 do artigo 20.º, no n.º 9 do artigo 21.º e na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, foi determinado a manutenção da comissão de serviço do licenciado Pedro Manuel Rodrigues Ramos no cargo de Chefe de Divisão de Segurança e Justiça integrado na Direção de Serviços de Justiça e Assuntos Internos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O referido despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2012.

Sinopse curricular

Dados Biográficos:

Nome: Pedro Manuel Rodrigues Ramos;

Data de Nascimento/Naturalidade: 26 de agosto de 1962, em Lisboa; Habilitações académicas: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Técnico superior de 2.ª classe do quadro da Câmara Municipal de Lisboa, em 1 de abril de 1991; técnico superior de 1.ª classe, em 29 de outubro de 1999; Chefe de Divisão da Direção de Serviços de Justiça e Assuntos Internos da Direção -Geral dos Assuntos Comunitários, em regime de substituição, em 25 de fevereiro de 2003; técnico superior principal, em 25 de outubro de 2004; Chefe de Divisão da Direção de Serviços de Justiça e Assuntos Internos, da Direção-Geral dos Assuntos Comunitários desde 14 de dezembro de 2004; técnico superior assessor em 31 de dezembro de 2008.

10 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205971826

Despacho (extrato) n.º 5313/2012

1 — Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 30 de janeiro de 2012, ao abrigo do disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2010, de 26 de agosto, é designado, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer as funções de presidente da Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e de presidente da Autoridade Nacional para a Proibição das Armas Químicas, o Conselheiro de Embaixada — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros — António Gaspar Inocêncio Pereira.

2 — Nos termos do estabelecido nos n.ºs 1 e 2 da citada Resolução do Conselho de Ministros, as funções de presidente das duas Autoridades Nacionais referidas no número anterior são exercidas em acumulação, não conferindo o direito à acumulação de remunerações.

3 — O despacho ministerial referido no n.º 1 produz efeitos a partir de 12 de setembro de 2011.

10 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205971964

Despacho (extrato) n.º 5314/2012

1 — Por despacho do Secretário-Geral, de 26 de março de 2012, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, e da alínea *a*) do artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2012, de 19 de janeiro, bem como do disposto na alínea *a*) do artigo 1.º do Despacho n.º 3653/2012, de 13 de março, e ao abrigo do estatuído no n.º 1 do artigo 20.º, no n.º 9 do artigo 21.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, foi designada, em regime de substituição, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos Internos integrado na Direção de Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a licenciada Rita Brasil de Brito, cujo currículo

académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho do cargo em que é investida.

2 — O referido despacho produz efeitos a 1 de março de 2012.

Sinopse curricular

Dados Biográficos:

Nome: Rita Brasil de Brito;

Data de Nascimento/Naturalidade: 10 de agosto de 1971;

Habilitações académicas:

1995 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1998 — Pós-graduação em Estudos Europeus (dominante jurídica) ministrada pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa;

2008 — Curso Avançado em Gestão Pública (CAGEP), ministrado pelo Instituto Nacional de Administração.

Línguas estrangeiras:

Inglês — *Certificate of Proficiency in English* da Universidade de Cambridge;

Francês — *Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises Modernes de l'Alliance Française de Paris (tronc commun)*;

Alemão — *Grundstufe 4 (G4)* do Goethe Institut de Lisboa.

Experiência profissional:

2011 (agosto) a 2012 (situação atual) — Chefe da Divisão de Gestão e Cadastro do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Despacho do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 14 de julho de 2011).

2011 (março a agosto) — Jurista no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

2010 (abril) a 2011 (fevereiro) — Consultora na Direção-Geral de Administração Interna, por despacho do Ministro da Administração Interna (Despacho n.º 6508/2010, de 5 de abril de 2010);

2009 — Nomeada técnica superior principal do mapa do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2007 (maio) a 2009 (dezembro) — Diretora-Geral da Política de Justiça, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Justiça (Despacho n.º 11 530/2007, de 16 de maio de 2007);

2005 (novembro) a 2007 (maio) — Diretora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Justiça (Despacho conjunto n.º 1032/2005, de 16 de novembro de 2005);

2005 (maio a setembro) — Chefia funcional no Departamento de Produção Jurídica da Direção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2005 — Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2002 (novembro) a 2005 (maio) — Técnica superior assessora no Departamento de Produção Jurídica da Direção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2000 (outubro) a 2002 (outubro) — Diretora-Adjunta do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça com funções de substituição do Diretor nas suas ausências e impedimentos;

2000 — Nomeada, em 06.06.00, em regime de substituição, Chefe da Divisão de Migrações da Direção de Serviços de Migrações e Apoio Social, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1999 — Nomeada técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1996 a 1998 — Jurista na Direção de Serviços de Migrações e Apoio Social da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas — Ministério dos Negócios Estrangeiros.

V. Outros cargos/funções de interesse público:

Vogal no Conselho Superior de Estatística, em representação do Ministério da Justiça (Despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro da Presidência conjunto n.º 89/2006, de 12 de janeiro de 2006);

Presidente na Secção do Segredo Estatístico do Conselho Superior de Estatística (janeiro de 2006 a 28 de agosto de 2008);

Membro da Comissão Paritária criada pela Concordata celebrada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, nomeada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2007, de 6 de junho de 2007 (até dezembro de 2009);